

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Força Eólica do Brasil S.A.

SUMÁRIO

RELATORIO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
BALANÇOS PATRIMONIAIS	14
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO.....	16
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE.....	17
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	19
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	20
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	21
2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	22
3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	23
4. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS	35
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	37
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	38
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	38
8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	38
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	39
10. INVESTIMENTOS	39
11. IMOBILIZADO	40
12. FORNECEDORES	42
13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	42
14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	45
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47
16. RECEITA LÍQUIDA	48
17. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....	49
18. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS 49	
19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	50
20. Imposto de renda e contribuição social	51
21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	52
22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS.....	54
23. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO.....	57
24. COMPROMISSOS	58
25. SEGUROS.....	59
26. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	59



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2018
Força Eólica do Brasil S.A. - FEB



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL	5
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	7
4. ENDIVIDAMENTO	8
5. AUDITORES INDEPENDENTES	8
6. AGRADECIMENTOS	8
DISCLAIMER	9

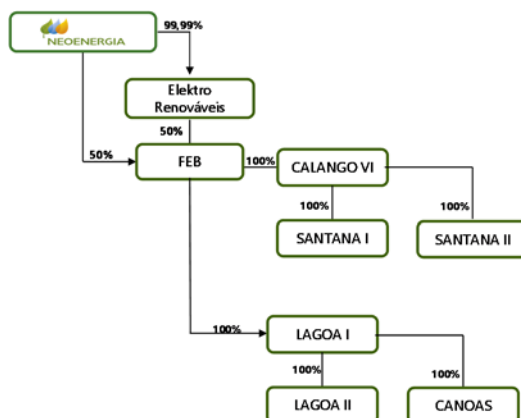
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2018, a Força Eólica do Brasil S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2019, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL

A Força Eólica do Brasil, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), atua no segmento de geração de energia eólica e fotovoltaica, e controla diretamente as empresas Calango 6 Energia Renovável S.A. e Lagoa 1 Energia Renovável S.A. A empresa Calango 6, controla os parques Santana 1 e Santana 2; e a empresa Lagoa 1 controla os parques Lagoa 2 e Canoas, conforme esquema abaixo:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Força Eólica do Brasil era controladora de 5 parques eólicos (Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2) e da Força Eólica Participações, uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que controla mais 5 Parques Eólicos (Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2). Desses Parques Eólicos, 9 foram adquiridos no segundo Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 - LFA 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, enquanto Caetité 1 foi comercializado no Ambiente Livre, com a NC Energia, comercializadora do Grupo Neoenergia.

Os Parques Eólicos oriundos do LFA 2010, incluindo Caetité 1, têm capacidade total instalada de 288MW, garantia física de 125,2MW médios e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Arizona 1 e

Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN), e Caetité 1, Caetité 2 e Caetité 3, na Bahia (BA).

Em 2011, esses 10 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia. Caetité 1, que comercializa sua energia no mercado de ambiente livre, assinou com a NC Energia o Contrato de Compra e Venda (CCVE) de Energia Elétrica e os demais Parques Eólicos assinaram seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica.

Em 2014, a Força Eólica do Brasil foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil 1 S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil 1 S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2.

Em 2014, a Força Eólica do Brasil venceu mais dois leilões de energia e assumiu o compromisso de construir 6 novos parques, sendo 3 no Rio Grande do Norte (RN) - Calango 6 (30MW), Santana 1 (30MW) e Santana 2 (24MW), com compromisso de geração de 48,9MW médios pelo leilão A-3 de 2014, e 3 na Paraíba (PB) pelo Leilão A-5 de 2014 - Canoas (31,5MW), Lagoa 1 (31,5MW) e Lagoa 2 (31,5MW), com compromisso de 53,9MW médios. Esses Parques assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com Distribuidoras de Energia Elétrica.

Em 2017, a Força Eólica do Brasil venceu um leilão de energia e assumiu o compromisso de construir 9 parques que somam 294,5MW de potência, 151,5MW médios de garantia física e 141,7MW médios de energia vendida, cujo início de suprimento previsto no edital é de 01 de janeiro de 2023.

Em 2018, assumiu o compromisso de comercializar no âmbito do mercado livre de energia 6 parques que somam 176,7MW de potência e 85,9MW médios de garantia física, cujo início de suprimento previsto será 01 de janeiro de 2023.

A Força Eólica do Brasil S.A. consolida toda a carteira de projetos em desenvolvimento eólico e fotovoltaico do grupo.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2018	2017	Varição %
Receita Operacional Bruta	-	-	-
Receita Operacional Líquida	-	-	-
Margem Operacional Líquida	-	(3.636)	(100,00)
EBITDA	(4.219)	(12.882)	(67,25)
Resultado Financeiro	(6.534)	(7.023)	(6,96)
Lucro Líquido/Prejuízo	(12.939)	(20.846)	(37,93)
Margem Operacional (%)	0,00%	0,00%	-
Margem EBITDA (%)	0,00%	0,00%	-
Margem Líquida (%)	0,00%	0,00%	-

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	2018	2017	Varição %
Ativo Total	621.820	502.572	23,73
Dívida Bruta	99.213	124.190	(20,11)
Dívida Líquida ⁽³⁾	96.649	114.151	(15,33)
Patrimônio Líquido	479.849	369.307	29,93

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	2018	2017	Varição %
Dívida Líquida/EBITDA	(22,91)	(8,86)	158,52
EBITDA/Resultado Financeiro ⁽⁴⁾	0,65	1,83	(64,80)

⁽⁴⁾ EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2018	2017	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro Líquido/Prejuízo	(12.939)	(20.846)	7.907	(37,93)
Despesas financeiras	7.952	13.019	(5.067)	(38,92)
Receitas financeiras	(1.418)	(5.996)	4.578	(76,35)
Imposto de renda	994	(269)	1.263	(469,52)
Depreciação e Amortização	1.192	1.210	(18)	(1,49)
EBITDA	(4.219)	(12.882)	8.663	(67,25)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

Em 31 dezembro de 2018, a dívida bruta de FEB, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R\$ 99.213 mil (dívida líquida R\$ 96.649 mil), apresentando uma redução de 20,11% (R\$ 24.977 mil) em relação a Dezembro de 2017. Em relação à segregação do saldo devedor, FEB possuía 100% da dívida contabilizada no curto prazo.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), com vigência de 36 meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$	% Em relação à Auditoria	Prazo (meses)
Auditoria	46.071	100,00%	36

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a KPMG.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Força Eólica do Brasil S.A. ("FEB"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da FEB e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da FEB.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da FEB sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Força Eólica do Brasil S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Força Eólica do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Força Eólica do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para desmantelamento - individual e consolidado

Veja a Nota 3.5 f) e 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui registrado provisão para desmantelamento em 31 de dezembro de 2018 referente a obrigação assumida de retirada dos ativos do seu parque eólico ao final do prazo contrato de autorização. A estimativa dos custos associados exige considerável julgamento pela Companhia em relação a fatores como o período de utilização da área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e premissas envolvidas na avaliação, mensuração e definição do momento para o reconhecimento dessa provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Analisamos a consistência e a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, incluindo o custo base das áreas a serem desmobilizadas, taxas de desconto e de risco. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisões, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz del Souza Gúrgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.564	10.039	97.552	65.285
Contas a receber de clientes	6	-	-	43.777	47.169
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.192	3.092	4.288	3.736
Estoques		112	111	112	111
Dividendos a receber		10.061	3.513	-	-
Despesas pagas antecipadamente		88	-	1.242	-
Outros ativos circulantes		2.733	1.255	2.051	1.273
Total do ativo circulante		18.750	18.010	149.022	117.574
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	527	-
Instrumentos financeiros derivativos	8	4.306	-	4.306	-
Deposito judicial	14	-	-	496	55
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos		-	994	-	994
Outros ativos não circulantes		9.671	30.882	-	-
Investimentos	10	498.293	408.568	-	-
Imobilizado	11	90.030	43.457	1.219.621	1.155.545
Intangível		770	661	838	744
Total do ativo não circulante		603.070	484.562	1.225.788	1.157.338
Total do ativo		621.820	502.572	1.374.810	1.274.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	18.949	5.795	77.932	154.868
Empréstimos e financiamentos	13	103.519	31.984	126.641	49.731
Debêntures	13	-	-	6.462	1.110
Salários e encargos a pagar		4.973	1.756	5.161	1.861
Impostos e contribuições a recolher		320	536	2.229	3.234
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	874	874	874	874
Outros passivos circulantes		13.275	109	13.362	471
Total do passivo circulante		141.910	41.054	232.661	212.149
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	89.271	543.730	581.086
Debêntures	13	-	-	98.334	91.612
Instrumentos financeiros derivativos	8	-	2.934	-	2.934
Provisões	14	-	-	19.928	17.741
Outros passivos não circulantes		61	6	308	83
Total do passivo não circulante		61	92.211	662.300	693.456
Patrimônio líquido	15				
Capital social		554.947	438.697	554.947	438.697
Outros resultados abrangentes		4.306	(2.934)	4.306	(2.934)
Prejuízo acumulado		(79.404)	(66.456)	(79.404)	(66.456)
Total do patrimônio líquido		479.849	369.307	479.849	369.307
Total do passivo e do patrimônio líquido		621.820	502.572	1.374.810	1.274.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017 (Reclassificado)
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	189.556	104.359
CUSTO DOS SERVIÇOS		-	(3.636)	(88.624)	(44.093)
Custos com energia elétrica	17	-	-	(35.591)	(11.360)
Custos de operação	18	-	(3.636)	(53.033)	(32.733)
LUCRO BRUTO		-	(3.636)	100.932	60.266
Outras Receitas/(Despesas) gerais e administrativas	18	(42.325)	(27.046)	(43.793)	(28.894)
Resultado de equivalência Patrimonial	10	36.914	16.590	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(5.411)	(14.092)	57.139	31.372
Receitas financeiras	19	1.418	5.996	6.574	10.752
Despesas financeiras	19	(7.952)	(13.019)	(70.771)	(59.421)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(11.945)	(21.115)	(7.058)	(17.297)
Imposto de renda e contribuição social	20	(994)	269	(5.881)	(3.549)
Corrente		-	-	(4.887)	(3.818)
Diferido		(994)	269	(994)	269
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(12.939)	(20.846)	(12.939)	(20.846)
Lucro básico e diluído por ação em R\$:					
Ordinária		(0,02)	(0,05)	(0,02)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	(12.939)	(20.846)	(12.939)	(20.846)
Efeito de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	7.240	2.357	7.240	2.357
Resultados abrangentes do exercício	<u>(5.699)</u>	<u>(18.489)</u>	<u>(5.699)</u>	<u>(18.489)</u>
Lucro básico e diluído por ação em R\$:				
Ordinária	(0,01)	(0,04)	(0,01)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Controladora e consolidado

	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	356.091	(5.291)	(45.610)	305.190
Integralização de capital	82.606	-	-	82.606
Prejuízo do exercício	-	-	(20.846)	(20.846)
Outros resultados abrangentes: Efeito de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	2.357	-	2.357
Saldos em 31 de dezembro de 2017	438.697	(2.934)	(66.456)	369.307
Aplicação inicial CPC 48 / IFRS 9	-	-	(9)	(9)
Integralização de capital	116.250	-	-	116.250
Prejuízo do exercício	-	-	(12.939)	(12.939)
Outros resultados abrangentes: Efeito de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	7.240	-	7.240
Saldos em 31 de dezembro de 2018	554.947	4.306	(79.404)	479.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(12.939)	(20.846)	(12.939)	(20.846)
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	1.192	1.210	43.773	26.178
Equivalência patrimonial	(36.914)	(16.590)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	994	(269)	5.881	3.549
Encargos de dívidas, atualizações monetárias, cambiais e outras receitas e despesas financeiras	7.681	10.495	66.872	57.189
Perda/(ganho) na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	6.964	-	6.964	-
Provisão para ressarcimento	-	-	-	9.958
Atualização das provisões para contingências e desmantelamento	-	-	852	-
Atualização de títulos e valores mobiliários	-	(996)	(26)	(2.772)
	(33.022)	(26.996)	111.377	73.256
REDUÇÃO (AUMENTO) EM ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	-	-	3.392	(43.696)
IR e CSLL a recuperar	196	(243)	(780)	(1.230)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(296)	(23)	(281)	(89)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	2.478	-	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	1.741	-	1.741
Estoque	(1)	-	(1)	-
Depósitos judiciais	-	-	(415)	-
Despesas pagas antecipadamente	(88)	-	(1.242)	-
Recebimento de juros de mutuo	2.175	547	-	-
Outros ativos	2.772	(1.599)	(778)	8.355
	7.236	423	(105)	(34.919)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	13.154	576	(76.936)	11.451
Salários e encargos a pagar	3.217	352	3.300	457
Encargos de dívidas pagas	(5.539)	(3.700)	(43.575)	(18.477)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(216)	474	(4.557)	(2.920)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-	-	(826)	240
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	(11.410)	-	(11.410)
Outros passivos	13.221	(12)	13.107	775
	23.837	(13.720)	(109.487)	(19.884)
CAIXA GERADO (UTILIZADO NAS) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.949)	(40.293)	1.785	18.453
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	(61.837)	(125.898)	-	-
Aquisição de imobilizado	(54.729)	(6.306)	(113.463)	(470.414)
Aquisição de intangível	(109)	-	(109)	(16)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	-	3.259	(501)	30.862
Recebimento principal de mutuo	14.777	12.637	-	-
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(101.898)	(116.308)	(114.073)	(439.568)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	116.250	82.606	116.250	82.606
Captação de empréstimos e financiamentos	-	95.000	72.794	525.150
Captação de debêntures	-	-	-	46.209
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(19.878)	(11.388)	(36.320)	(156.010)
Pagamentos de custos de captação	-	406	-	(3.823)
Depósitos em garantias	-	-	(8.169)	(7.973)
CAIXA GERADO PELAS(UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	96.372	166.624	144.555	486.159
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(7.475)	10.023	32.267	65.044
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.039	16	65.285	241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.564	10.039	97.552	65.285
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.475)	10.023	32.267	65.044
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão de Ativo Imobilizado	-	-	469	-
Adoção inicial CPC48 / IFRS 9	9	-	9	-
Provisão para desmantelamento	-	-	1.350	3.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	-	-	202.006	112.264
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(6.926)	-	(6.926)	-
	<u>(6.926)</u>	<u>-</u>	<u>195.080</u>	<u>112.264</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(18.682)	(4.785)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	(17.825)	(6.575)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(12.261)	(10.165)	(18.602)	(13.365)
	<u>(12.261)</u>	<u>(10.165)</u>	<u>(55.109)</u>	<u>(24.725)</u>
Valor adicionado bruto	(19.187)	(10.165)	139.971	87.539
Depreciação e amortização	(1.192)	(1.210)	(43.773)	(26.178)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(20.379)	(11.375)	96.198	61.361
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	1.507	6.396	6.792	11.317
Resultado de equivalência patrimonial	36.914	16.590	-	-
	<u>38.421</u>	<u>22.986</u>	<u>6.792</u>	<u>11.317</u>
Valor adicionado total a distribuir	18.042	11.611	102.990	72.678
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	10.444	7.484	11.281	7.863
Encargos sociais (exceto INSS)	820	602	892	656
Auxílio alimentação	533	538	584	571
Convênio assistencial e outros benefícios	193	443	193	499
Provisão para férias e 13º salário	4.636	818	4.771	845
Plano de saúde	617	251	644	281
Indenizações trabalhistas	-	-	-	-
Participações nos resultados	2.197	2.037	2.370	2.187
(-) Transferência para Ordens	(4.759)	-	(4.759)	-
Outros	261	317	268	329
Subtotal	<u>14.942</u>	<u>12.490</u>	<u>16.244</u>	<u>13.231</u>
Impostos, taxas e contribuições				
INSS (sobre folha de pagamento)	2.612	2.239	2.875	2.344
PIS/COFINS	89	400	11.239	8.254
Imposto de renda e contribuição social	994	(269)	5.881	3.549
Obrigações intra-setoriais	-	-	513	216
Outros	1.160	1.231	1.377	1.739
Subtotal	<u>4.855</u>	<u>3.601</u>	<u>21.885</u>	<u>16.102</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	7.952	13.019	70.771	59.421
Aluguéis	3.232	3.347	7.029	4.770
Subtotal	<u>11.184</u>	<u>16.366</u>	<u>77.800</u>	<u>64.191</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucro/ Prejuízos	(12.939)	(20.846)	(12.939)	(20.846)
Subtotal	<u>(12.939)</u>	<u>(20.846)</u>	<u>(12.939)</u>	<u>(20.846)</u>
Valor adicionado distribuído	18.042	11.611	102.990	72.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Força Eólica do Brasil S.A (“Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de novembro de 2011.

A Companhia tem o objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras assim como a prospecção de novos negócios e a atuação no mercado de geração de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços nessa área.

A Companhia possui participação direta nos parques eólicos listados abaixo:

Parques Eólicos construídos	Tipo de usina	Localidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWmed)	Data da Concessão/autorização	Data de vencimento
Calango 6	Eólica	Bodó - RN	30,0 MW	18,5 MW	20/11/2014	19/11/2049
Lagoa 1	Eólica	Santa Luzia/PB	31,5 MW	18,7 MW	04/08/2015	03/08/2050

Parques Eólicos em construção	Tipo de usina	Localidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWmed)	Data da Concessão/autorização	Data de vencimento
Chafariz 1	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	17,7 MW	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 2	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	17,5 MW	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 3	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	18,1 MW	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 6	Eólica	Paraíba - PB	31,19 MW	15,2 MW	21/06/2018	20/06/2053
Chafariz 7	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	19 MW	21/06/2018	20/06/2053
Lagoa 3	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	18,3 MW	26/06/2018	25/06/2053
Lagoa 4	Eólica	Paraíba - PB	20,79 MW	11,7 MW	26/06/2018	25/06/2053
Canoas 2	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	17,3 MW	26/06/2018	25/06/2053
Canoas 4	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	16,7 MW	26/06/2018	25/06/2053
Canoas 3	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	16,8 MW		
Chafariz 4	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	17,8 MW		
Chafariz 5	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	16,6 MW	Aguardando publicação de outorga.	
Ventos de Arapuá 1	Eólica	Paraíba - PB	24,26 MW	11,6 MW		
Ventos de Arapuá 2	Eólica	Paraíba - PB	34,65 MW	17,2 MW		
Ventos de Arapuá 3	Eólica	Paraíba - PB	13,86 MW	5,8 MW		

A Calango 6 controladora das empresas Santana 1 e Santana 2, está autorizada a operar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2014 e, é proprietária do projeto eólico Calango 6, localizado no município de Bodó, Rio Grande do Norte que conta com 15 (quinze) aerogeradores, com capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 18,5 MW médios. Esses parques entraram em operação em 28 de dezembro de 2016.

A Lagoa 1 controladora das empresas Lagoa 2 e Canoas, está autorizada a operar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, contados a partir de agosto de 2015 e, é proprietária do projeto eólico Lagoa 1, localizado no município de Santa Luzia, Paraíba, que conta com 15 (quinze) aerogeradores e com capacidade instalada de 31,5 MW e energia contratada de 17,2 MW médios. Os parques eólicos Lagoa 2 e Canoas entraram em operação em 30 de setembro de 2017, enquanto o parque eólico Lagoa 1 entrou em operação em 31 de outubro de 2017.

Em 20 de dezembro de 2017, ocorreu o Leilão de Geração de Energia “A-6”, realizado por meio de sistema eletrônico no qual a Neoenergia comercializou a energia de 9 parques eólicos: Canoas 2, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 6, Chafariz 7, Lagoa 3, Lagoa 4, total de 281,4 MW de potência instalada, os quais tiveram suas outorgas publicadas em Junho de 2018. Os contratos de comercialização de energia determinam a entrada em operação comercial em 01 de janeiro de 2023.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Em fase de implementação estão os 6 empreendimentos eólicos, denominados Canoas 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Ventos de Arapuá 1, Ventos de Arapuá 2 e Ventos de Arapuá 3 que aguardam a publicação de sua autorização (Outorga) e serão comercializados no ambiente livre.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 123.160 (R\$ 83.639 em 31 de dezembro de 2017) e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e são compostas pelas informações contábeis da Companhia e de suas controladas.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. As empresas controladas estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Percentual de Participação (%)			
		2018		2017	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Santana 1 Energia Renovável S.A. - Santana 1	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Santana 2 Energia Renovável S.A. - Santana 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Calango 6 Energia Renovável S.A. - Calango 6	Geração eólica	100,00%	-	100,00%	-
Lagoa 2 Energia Renovável S.A. - Lagoa 2	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Canoas Energia Renovável S.A. - Canoas	Geração eólica	-	100,00%	-	100,00%
Lagoa 1 Energia Renovável S.A. - Lagoa 1	Geração eólica	100,00%	-	100,00%	-
Chafariz 1 Energia Renovável S.A. - Chafariz 1	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Chafariz 2 Energia Renovável S.A. - Chafariz 2	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Chafariz 3 Energia Renovável S.A. - Chafariz 3	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Chafariz 6 Energia Renovável S.A. - Chafariz 6	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Chafariz 7 Energia Renovável S.A. - Chafariz 7	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Lagoa 3 Energia Renovável S.A. - Lagoa 3	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Lagoa 4 Energia Renovável S.A. - Lagoa 4	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Canoas 2 Energia Renovável S.A. - Canoas 2	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Canoas 4 Energia Renovável S.A. - Canoas 4	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Chafariz 4 - Chafariz 4 Energia Renovável S.A. - Chafariz 4	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Chafariz 5 - Chafariz 5 Energia Renovável S.A. - Chafariz 5	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Canoas 3 - Canoas 3 Energia Renovável S.A. - Canoas 3	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Ventos de Arapuá 1 - Ventos de Arapuá 1 Energia Renovável S.A. - Arapuá 1	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Ventos de Arapuá 2 - Ventos de Arapuá 2 Energia Renovável S.A. - Arapuá 2	Geração eólica	100,00%	-	-	-
Ventos de Arapuá 3 - Ventos de Arapuá 3 Energia Renovável S.A. - Arapuá 3	Geração eólica	100,00%	-	-	-

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” - Internacional Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 23 de Instrumentos Financeiros.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vide nota explicativa nº 16;

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (ii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 22;
- (iii) Depreciação registrada de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos conforme nota nº 11.
- (iv) Reconhecimento de provisões para desmantelamento por meio de avaliação dos custos necessários para desmobilização dos ativos, provisões para ressarcimento por meio de estudos realizados pelos especialistas baseados em relatórios emitidos pela CCEE e provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais, trabalhistas e regulatórias, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 14;

3.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, além de outros créditos realizáveis por caixa.

O Grupo reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto

(b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável, no reconhecimento inicial, para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pelo Grupo.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, o Grupo considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

O Grupo classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
 - mantidos para negociação;
 - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - designado ao VJR.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

O Grupo faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

d) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas do ativo que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

(i) Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia dos parques eólicos.

As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

(ii) Provisões para desmobilização de ativos

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmantelamento de ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e estão sendo depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

g) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

O Grupo possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a provisão para perdas esperadas

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 3.6. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 21.

h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 3.6.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

j) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

k) Informações por segmento

A Companhia possui a geração de energia elétrica como seu único segmento operacional.

3.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I - Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*)

O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, o Grupo não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Esta norma requer que o Grupo deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

O Grupo reconhece a receita de geração de energia pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia produzida é provisionada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

O Grupo reconhece a receita pela comercialização de energia na CCEE pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A adoção da IFRS 15/CPC 47 não gerou impacto em ambas receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.

II - Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

O Grupo adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

- Classificação e Mensuração- Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros do Grupo, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis do Grupo.

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	11.633
Fundos de investimento	VJR	VJR	53.652
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	47.169
Total de ativos financeiros			112.454
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	154.868
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	630.817
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	92.722
Non-deliverable forwards (NDF)	VJRA	VJRA	2.935
Total de passivos financeiros			881.342

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

- (i) Perda de valor recuperável adicional mensurada pela adoção do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018, reconhecidas em lucros acumulados

Em R\$ mil	<i>Impairment</i> adicional
Outros ativos	9
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	9

III - Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).

- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

3.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia entende que a adoção da IFRS 16/CPC 06 não gerará impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

(ii) ICPC 22/IFRIC 23 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia está avaliando os impactos da norma.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none">• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017;• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.	1º de janeiro de 2019

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 - <i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i>)	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como “planos de benefício previdenciário”, “planos de pensão”, “planos de aposentadoria” ou “planos de benefício de aposentadoria”. Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 - <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 10 - <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente publicadas em 01 de março de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis.

4.1 Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017.

Consolidado

Ref	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017		
	(Originalmente Reapresentado)	Reclassificações	(Reclassificado)
(a)	104.575	(216)	104.359
(a)	(44.309)	216	(44.093)
	(28.894)	-	(28.894)
	(48.669)	-	(48.669)
	(3.549)	-	(3.549)
Lucro líquido do exercício	(20.846)	-	(20.846)

- (a) Reclassificação das Taxa de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) do custo do serviço para deduções da receita no montante de R\$ 216, no consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.

4.2 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017.

Controladora

Demonstração do fluxo de caixa	2017	Ref.	Reclassificações	2017
	(Apresentado)			(Reclassificado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.115)	(a)	21.115	-
Lucro líquido do exercício	-	(a)	(20.846)	(20.846)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa utilizado nas atividades operacionais	(5.881)	(a)	(269)	(6.150)
Redução (aumento) em ativos operacionais	423		-	423
Aumento (redução) em passivos operacionais	(13.720)		-	(13.720)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(40.293)		-	(40.293)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(116.308)		-	(116.308)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	166.624		-	166.624
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	10.023		-	10.023

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Consolidado

Demonstração do fluxo de caixa	2017 (Apresentado)	Ref.	Reclassificações	2017 (Reclassificado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.297)	(a)	17.297	-
Lucro líquido do exercício	-	(a)	(20.846)	(20.846)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais	90.553	(a)	3.549	94.102
Redução (aumento) em ativos operacionais	(42.892)	(b)	7.973	(34.919)
Aumento (redução) em passivos operacionais	(19.884)		-	(19.884)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	10.480		7.973	18.453
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(439.568)		-	(439.568)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	494.132	(b)	(7.973)	486.159
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	65.044		-	65.044

(a) Reclassificação dos saldos do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para o lucro líquido do exercício, gerando impactos nos ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

(b) Reclassificação dos saldos de depósitos em garantia da atividade operacional para a atividade de financiamento. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e depósitos bancários à vista	20	36	1.374	11.633
Fundos de Investimento exclusivos	2.544	10.003	96.178	53.652
	2.564	10.039	97.552	65.285

Em 31 de dezembro de 2018, Caixa e equivalentes de caixa que é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Fundos de investimento Carteira	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa				
BB Top Curto Prazo				
Compromissadas com lastro de títulos públicos	2.440	9.697	78.742	51.912
Títulos públicos	102	300	3.281	1.705
Compromissadas com lastro de títulos públicos	2	6	77	35
	2.544	10.003	82.100	53.652
Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Recife				
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	-	-	14.077	-
Outros	-	-	1	-
	-	-	14.078	-
Total CEC - Fundos Exclusivos	2.544	10.003	96.178	53.652

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

Ref.	Consolidado	
	2018	2017
Títulos a receber	13.744	13.424
Partes Relacionadas (a)	13.744	13.424
Comercialização de energia na CCEE (b)	30.033	33.745
Total	43.777	47.169

- a) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia elétrica junto a NC Energia, cujo prazo de vigência terminou em 31 de dezembro de 2018, tendo prazo médio de recebimento de 30 dias.
- b) Refere-se aos créditos oriundos da liquidação positiva no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE. O prazo médio de recebimento é de aproximadamente 60 dias com exceção das inadimplências que são rateadas entre os agentes de mercado.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Consolidado			
		Vencimento	Indexador	Remuneração	2018
BB Polo 28 FI Renda Fixa	Fundo	Indeterminado	CDI	1%	527
TOTAL					527

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Agente financeiro	Instrumento financeiro	Vencimento	Indexador	2018	2017
Mantidos até o vencimento					
Banco Bradesco	NDF	01/10/2020	Dólar	2.849	(708)
Banco Bradesco	NDF	03/05/2021	Dólar	218	(79)
Banco Bradesco	NDF	01/06/2021	Dólar	-	(19)
Banco Bradesco	NDF	01/06/2021	Euro	(152)	(140)
Banco Bradesco	NDF	03/08/2021	Dólar	154	(94)
Banco Bradesco	NDF	03/08/2021	Euro	(131)	(112)
Banco Bradesco	NDF	02/03/2021	Euro	(213)	-
Banco Bradesco	NDF	03/05/2021	Euro	(154)	-
Banco Bradesco	NDF	03/03/2020	Dólar	587	-
Banco Bradesco	NDF	03/08/2020	Dólar	665	-
Banco Itaú	NDF	04/05/2020	Dólar	2.465	(408)
Banco Itaú	NDF	04/05/2020	Euro	201	(290)
Banco Itaú	NDF	01/10/2020	Dólar	-	(78)
Banco Itaú	NDF	01/10/2020	Euro	(351)	(582)
Banco Itaú	NDF	03/05/2021	Dólar	-	(12)
Banco Itaú	NDF	03/05/2021	Euro	(116)	(89)
Banco Itaú	NDF	01/06/2021	Dólar	236	(95)
Banco Itaú	NDF	01/07/2021	Dólar	223	(114)
Banco Itaú	NDF	01/07/2021	Euro	(158)	(114)
Banco Itaú	NDF	03/08/2020	Euro	(1.182)	-
Banco Itaú	NDF	01/04/2021	Euro	(334)	-
Banco Itaú	NDF	02/03/2021	Dólar	47	-
Banco Itaú	NDF	01/04/2021	Dólar	67	-
Banco Morgan Stanley	NDF	03/03/2020	Euro	(615)	-
				4.306	(2.934)
Ativo não circulante				4.306	-
Passivo não circulante				-	(2.934)

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Em razão de possuir contratos com fornecedor com parcelas indexadas ao dólar norte americano e ao euro, a Companhia contratou operações de derivativos como forma de proteção dos seus fluxos de caixa futuro. Essas operações estão representadas por contratos a termo (NDF - *non deliverable forward*) contratadas em dezembro de 2017, sendo parte delas em dólar (US\$ 52.282 mil) e parte em euros (EUR 43.343 mil) junto aos bancos Bradesco, Itaú e Morgan Stanley. Os valores justos das operações de derivativos são calculados projetando os fluxos futuros das operações tendo como referência as taxas dos respectivos contratos, e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando as taxas de mercado baseadas em cotações da BM&F.

A Companhia utiliza a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) para estes instrumentos financeiros derivativos, de forma que os ganhos e perdas dos instrumentos de *hedge* que foram considerados efetivos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, especificamente na conta de ajuste de avaliação patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 essas operações geraram um ganho acumulada de R\$ 4.306 (perda acumulada de R\$ 2.935 em 2016) registrada em contrapartida NDF.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Ref.	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Imposto de Renda - IR	(a)	2.724	2.959	3.701	3.469
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	87	48	122	83
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		-	-	-	55
Programa de Integração Social - PIS		-	-	7	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		-	-	32	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		322	26	340	26
Imposto sobre Serviços - ISS		59	59	65	103
Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	21	-
Total		3.192	3.092	4.288	3.736

- (a) O Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras.

10. INVESTIMENTOS

A seguir apresentamos informações sobre as investidas diretas:

Controladas	Data-base	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
	Patrimoniais / Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
CALANGO 6	2018	56.073	498.724	25.140	299.254	230.403	38.011
	2017	27.250	511.395	36.923	300.303	201.419	11.541
LAGOA 1	2018	33.897	590.767	35.130	353.156	236.378	(868)
	2017	22.400	534.007	56.284	292.973	207.150	5.049
CHAFARIZ 1	2018	1.002	2.633	28	1	3.606	(14)
CHAFARIZ 2	2018	1.004	2.625	23	-	3.606	(14)
CHAFARIZ 3	2018	1.254	2.625	23	-	3.856	(14)
CHAFARIZ 4	2018	-	-	17	-	(17)	(17)
CHAFARIZ 5	2018	-	-	17	-	(17)	(17)
CHAFARIZ 6	2018	1.166	2.364	24	-	3.506	(14)
CHAFARIZ 7	2018	1.254	2.625	23	-	3.856	(14)
CANOAS 2	2018	1.004	2.634	24	-	3.614	(14)
CANOAS 3	2018	-	-	17	-	(17)	(17)

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

CANOAS 4	2018	1.004	2.634	24	-	3.614	(14)
LAGOA 3	2018	1.002	2.642	28	2	3.614	(14)
LAGOA 4	2018	776	1.590	24	-	2.342	(15)
VENTOS DE ARAPUÁ 1	2018	-	-	17	-	(17)	(17)
VENTOS DE ARAPUÁ 2	2018	-	-	17	-	(17)	(17)
VENTOS DE ARAPUÁ 3	2018	-	-	17	-	(17)	(17)

Apresentamos a seguir, a movimentação dos saldos de investimento da Controladora:

	Saldos em 01 de janeiro de 2017	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2017
CALANGO 6	183.862	8.495	11.541	(2.480)	201.418
LAGOA 1	85.897	117.403	5.049	(1.199)	207.150
TOTAL	269.759	125.898	16.590	(3.679)	408.568

	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2018
CALANGO 6	201.418	-	38.011	(9.026)	230.403
LAGOA 1	207.150	30.096	(868)	-	236.378
CHAFARIZ 1	-	3.620	(14)	-	3.606
CHAFARIZ 2	-	3.620	(14)	-	3.606
CHAFARIZ 3	-	3.870	(14)	-	3.856
CHAFARIZ 4	-	-	(17)	-	(17)
CHAFARIZ 5	-	-	(17)	-	(17)
CHAFARIZ 6	-	3.520	(14)	-	3.506
CHAFARIZ 7	-	3.870	(14)	-	3.856
CANOAS 2	-	3.628	(14)	-	3.614
CANOAS 3	-	-	(17)	-	(17)
CANOAS 4	-	3.628	(14)	-	3.614
LAGOA 3	-	3.628	(14)	-	3.614
LAGOA 4	-	2.357	(15)	-	2.342
VENTOS DE ARAPUÁ 1	-	-	(17)	-	(17)
VENTOS DE ARAPUÁ 2	-	-	(17)	-	(17)
VENTOS DE ARAPUÁ 3	-	-	(17)	-	(17)
TOTAL	408.568	61.837	36.914	(9.026)	498.293

11. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da controladora e do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				2017
	2018				
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,11%	16.935	(6.012)	10.923	3.757
		16.935	(6.012)	10.923	3.757
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias		65.083	-	65.083	12
Máquinas e equipamentos		1.759	-	1.759	15.058
Veículos		323	-	323	82
Moveis e utensílios		192	-	192	19
Projetos em andamento		11.750	-	11.750	24.529
		79.107	-	79.107	39.700
Total		96.042	(6.012)	90.030	43.457

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado				
	2018		2017		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,03%	269.173	(15.174)	253.999	427.813
Máquinas e equipamentos	3,11%	896.399	(56.471)	839.928	687.849
Veículos	14,29%	384	(23)	361	183
Outros		25.747	(1.893)	23.854	-
		1.191.703	(73.561)	1.118.142	1.115.845
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias		65.083	-	65.083	12
Máquinas e equipamentos		1.937	-	1.937	15.058
Veículos		323	-	323	82
Moveis e utensílios		192	-	192	19
Projetos em andamento		-	-	-	24.529
Adiantamento a fornecedores e outros		33.944	-	33.944	-
		101.479	-	101.479	39.700
Total		1.293.182	(73.561)	1.219.621	1.155.545

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

	Ref.	Controladora				
		Em serviço		Em curso		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		8.248	(3.612)	4.636	33.725	38.361
Adições		-	-	-	6.306	6.306
Depreciação		-	(1.210)	(1.210)	-	(1.210)
Transferências		331	-	331	(331)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		8.579	(4.822)	3.757	39.700	43.457
Adições		-	-	-	54.729	54.729
Baixas	(a)	-	-	-	(6.964)	(6.964)
Depreciação		-	(1.192)	(1.192)	-	(1.192)
Transferências		8.356	2	8.358	(8.358)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		16.935	(6.012)	10.923	79.107	90.030
	Ref.	Consolidado				
		Em serviço		Em curso		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		511.062	(3.612)	507.450	200.621	708.071
Adições		-	-	-	470.417	470.417
Provisão desmantelamento		-	-	-	3.235	3.235
Depreciação		-	(26.178)	(26.178)	-	(26.178)
Transferências		634.573	-	634.573	(634.573)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.145.635	(29.790)	1.115.845	39.700	1.155.545
Adições		-	-	-	113.463	113.463
Baixas	(a)	-	-	-	(6.964)	(6.964)
Depreciação		-	(43.773)	(43.773)	-	(43.773)
Transferências		44.718	2	44.720	(44.720)	-
Provisão desmantelamento		1.350	-	1.350	-	1.350
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.191.703	(73.561)	1.118.142	101.479	1.219.621

(a) Refere-se à baixa de projetos que estavam em andamento em 2017 e foram considerados inviáveis para continuidade.

No exercício de 2018, o Grupo Neoenergia concluiu a análise sobre a vida útil de seus parques eólicos. Como resultado, foi considerada uma melhor estimativa, conforme as circunstanciais atuais, sobre a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos sendo considerado para as partes móveis 25 anos e para as partes fixas 40 anos ou limitado ao prazo da concessão, dos dois o menor, frente aos 25 anos considerados anteriormente.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

12.FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Energia elétrica	-	-	7.047	9
Terceiros	-	-	605	9
Partes relacionadas	-	-	6.442	-
Encargos de uso da rede	-	-	2.500	811
Terceiros	-	-	677	811
Partes relacionadas	-	-	1.823	-
Materiais e serviços	18.949	5.795	68.385	154.048
Total	18.949	5.795	77.932	154.868

13.EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		2018	2017
	Empréstimos e Financiamentos			
Moeda nacional				
IBM			4.851	19.530
Banco ABC			98.668	101.907
(-) Custos de transação			-	(182)
Total empréstimo moeda nacional			103.519	121.255
Moeda nacional - Circulante			103.519	31.984
Moeda nacional - Não Circulante			-	89.271
Consolidado				
Empréstimos e Financiamentos		2018	2017	
Moeda nacional				
BNDES		584.248	518.937	
IBM		4.851	19.530	
Banco ABC		98.668	101.906	
(-) Custos de transação		(1.241)	(1.882)	
(-) Depósitos em garantia		(16.155)	(7.674)	
Total empréstimo moeda nacional		670.371	630.817	
Total Empréstimos e Financiamentos		670.371	630.817	
Moeda nacional - Circulante		126.641	49.731	
Moeda nacional - Não Circulante		543.730	581.086	
Debêntures				
Calango 6		54.952	48.692	
Lagoa 1		52.899	47.533	
(-) Custos de transação		(3.055)	(3.503)	
Total Debêntures		104.796	92.722	
Debêntures - Circulante		6.462	1.110	
Debêntures - Não Circulante		98.334	91.612	
Endividamento Total		775.167	723.539	
Endividamento Total - Circulante		133.103	50.841	
Endividamento Total - Não Circulante		642.064	672.698	

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Abaixo, as condições contratuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures da controladora e das controladas em 31 de dezembro de 2018:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2018
BNDES	Real	Investimentos	TJLP + 2,12% a.a	2033 e 2034	Aval Neoenergia	486.237	584.248
IBM	Real	Investimentos	CDI + 0,30% a.a / CDI + 1,39% a.a	2019	Aval Neoenergia	14.149	4.851
Banco ABC	Real	Capital de giro	108% CDI	2019	Aval Neoenergia	94.818	98.668
Debenturistas	Real	Investimentos	100% IPCA + 8,7345% / 100% IPCA + 7,3287%	2028	Aval Neoenergia	89.554	107.851
						684.758	795.618

13.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Controladora		
	Moeda nacional		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	17.076	14.149	31.225
Ingressos	9.000	86.000	95.000
Encargos	9.712	-	9.712
Transferências	10.878	(10.878)	-
Amortização de principal	(11.388)	-	(11.388)
Pagamentos de juros	(3.700)	-	(3.700)
(-) Custos de transação	406	-	406
Saldos em 31 de dezembro de 2017	31.984	89.271	121.255
Encargos	7.498	-	7.498
Transferências	89.271	(89.271)	-
Amortização de principal	(19.878)	-	(19.878)
Pagamentos de juros	(5.539)	-	(5.539)
(-) Custos de transação	183	-	183
Saldos em 31 de dezembro de 2018	103.519	-	103.519
	Consolidado		
	Moeda nacional		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	22.724	220.419	243.143
Ingressos	155.633	369.517	525.150
Encargos	34.144	-	34.144
Varição monetária e cambial	92	2.747	2.839
Transferências	7.706	(7.706)	-
Amortização de principal	(155.715)	(295)	(156.010)
Pagamentos de juros	(16.506)	-	(16.506)
Mov. depósitos em Garantias	-	(7.973)	(7.973)
(-) Custos de transação	1.653	4.377	6.030
Saldos em 31 de dezembro de 2017	49.731	581.086	630.817
Ingressos	2.455	70.339	72.794
Encargos	50.698	-	50.698
Varição monetária e cambial	139	3.669	3.808
Transferências	103.330	(103.330)	-
Amortização de principal	(36.320)	-	(36.320)
Pagamentos de juros	(43.575)	-	(43.575)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(8.169)	(8.169)
(-) Custos de transação	183	135	318
Saldos em 31 de dezembro de 2018	126.641	543.730	670.371

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	Consolidado		
	2018		
	Divida	Custo de transação	Total
2020	40.222	(129)	40.093
2021	40.222	(124)	40.098
2022	40.222	(118)	40.104
2023	40.222	(111)	40.111
2024	40.222	(111)	40.111
Após 2024	359.881	(513)	359.368
Total obrigações	560.991	(1.106)	559.885
(-) Depósitos em Garantias			(16.155)
Total			543.730

Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme segue:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,20$

13.2 Debêntures

A mutação de debentures é a seguinte:

	Consolidado		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	54	41.702	41.756
Ingressos	-	46.209	46.209
Encargos	1.324	5.149	6.473
Transferências	(54)	54	-
Pagamentos de juros	-	(1.971)	(1.971)
(-) Custos de transação	(214)	469	255
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.110	91.612	92.722
Encargos	5.367	6.261	11.628
(-) Custos de transação	(15)	461	446
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.462	98.334	104.796

Os vencimentos das debentures são os seguintes:

	Consolidado		
	Divida	Custo de transação	Total
2020	6.465	(484)	5.981
2021	9.353	(462)	8.891
2022	12.241	(417)	11.824
2023	12.241	(360)	11.881
2024	12.241	(360)	11.881
Após 2024	48.619	(743)	47.876
Total	101.160	(2.826)	98.334

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura de emissão de debêntures contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora, conforme segue:

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA $\leq 4,0$
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro $\geq 1,5$

14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A composição do saldo de provisões é como segue:

	Consolidado			Total
	Contingências	Provisões		
	Cíveis	Desmantelamento	Ressarcimento	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	66	3.718	-	3.784
Constituição	4	3.917	9.958	13.879
Baixa/reversão	-	(682)	-	(682)
Atualização	6	423	331	760
Saldo em 31 de dezembro de 2017	76	7.376	10.289	17.741
Constituição	-	1.350	-	1.350
Baixa/reversão	(15)	-	-	(15)
Atualização	7	845	-	852
Saldo em 31 de dezembro de 2018	68	9.571	10.289	19.928

Desmantelamento

Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Calango 6, Santana 1, Santana 2, Lagoa 1, Lagoa e Canos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada nos empreendimentos. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar a obrigação.

A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico.

Ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

Na constituição das provisões o Grupo considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

a) Processos judiciais

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Cíveis

A Controladora possui processos judiciais referentes a ações de reintegração de posse e danos morais e materiais que possuem um total estimado de R\$ 484 (R\$ 943 em 31 de dezembro de 2017) em ações com expectativa de perda possível.

A Controlada Santana 2, possui processo judicial de natureza cível, referente à resolução contratual de arrendamento com perdas e danos, cobrança e reintegração de posse e tutela antecipada. A Controlada possui um total estimado de R\$ 683 em ação cível com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

Fiscais

O Grupo possui um total estimado de R\$ 48.419 (R\$ 6.073 em 31 de dezembro de 2017) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

(i) As controladas do Grupo possuem um total estimado de R\$ 6.624 em ações tributárias de autos de infração fiscal lavrado pela Prefeitura Municipal de Bodó/RN devido ao não recolhimento e/ou recolhimento a menor da Taxa de Licença (Alvará de Funcionamento).

(ii) A Controlada Santana 1, possui um total estimado de R\$ 1.146 em ações tributárias de autos de infração fiscal lavrado pela Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN em razão do não recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS.

(iii) As controladas Lagoa 2 e Canoas, possuem um total estimado de R\$ 40.147 em ações tributárias de autos de infração fiscal lavrado pela Prefeitura Municipal de Sabugi /PB em razão do não recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, o Grupo realiza depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Consolidado	
	2018	2017
Cíveis	59	55
Fiscais	437	-
Total	496	55

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 2018, houve aumento de capital aprovado em reunião do conselho de administração em 28 de fevereiro e na reunião da diretoria em 28 de junho, no montante de R\$ 98.100 e R\$ 19.357 respectivamente.

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 596.154 (R\$ 478.697 em 31 de dezembro de 2017) sendo R\$ 554.947 integralizados (R\$ 438.697 em 31 de dezembro de 2017), divididos em 596.154.103 ações ordinárias (478.697.103 em 31 de dezembro de 2017), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias (lote de mil ações)	
	Única	%
Neoenergia S.A.	298.077	50,00%
Elektro Renováveis S.A.	298.077	50,00%
Total	596.154	100,00%

Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e pode ser utilizada somente para compensação de prejuízos e aumento de capital.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária

Como a Companhia apurou prejuízo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve destinação de dividendos neste exercício.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

16. RECEITA LÍQUIDA

As informações sobre a aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 na receita do Grupo de contratos com clientes estão descritas na Nota 3.6. Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 47 / IFRS 15, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia na CCEE de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração, ambas reconhecidas pelo regime de competência.

O Grupo utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE:

- Prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE;
- Prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%;
- Contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época;
- Valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE

As receitas do Grupo estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia e foram geradas, geograficamente, na região Sudeste.

A composição da receita líquida e suas deduções é como segue:

Ref	Consolidado	
	2018	2017
Principais receitas		
Fornecimento de energia elétrica	179.701	78.806
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE (a)	22.305	33.458
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo	202.006	112.264
(-) Deduções da receita bruta (b)	(12.450)	(7.905)
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo	189.556	104.359

(a) Câmara de comercialização de Energia - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(b) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado	
	2018	2017
Impostos e contribuições		
PIS	(2.128)	(1.371)
COFINS	(9.809)	(6.318)
Encargos Setoriais		
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(513)	(216)
Total	(12.450)	(7.905)

17. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2018	2017
<u>Energia comprada para revenda</u>		
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(3.827)	(4.760)
Energia curto prazo - PLD	(14.374)	(3)
Créditos de PIS e COFINS	916	-
Taxa CCEE	(481)	(22)
Total	(17.766)	(4.785)
<u>Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição</u>		
Encargos de rede básica	(8.135)	(4.811)
Encargos de conexão	(1.501)	(1.764)
Encargo de uso do sistema de distribuição	(8.189)	-
Total	(17.825)	(6.575)
Total de Custos com Energia Elétrica	(35.591)	(11.360)

18. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas	Controladora	
	2018	2017
	Outras	Total
	Receitas/Despesas gerais e administrativas	
Pessoal	(17.554)	(14.729)
Material	(700)	(1.014)
Serviços de terceiros	(10.277)	(8.088)
Depreciação e amortização	(1.192)	(1.210)
Arrendamentos e aluguéis	(3.232)	(3.347)
Tributos	(1.160)	(1.231)
Alienação/ Desativação de bens e direitos	(6.926)	-
Provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	9	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	(1.293)	(1.063)
Total custos/despesas	(42.325)	(30.682)

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado			2017
	2018	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas		
Custos/Despesas	Custos dos serviços	Total	Total	Total
Pessoal	(1.565)	(17.554)	(19.119)	(15.575)
Material	(45)	(717)	(762)	(1.317)
Serviços de terceiros	(4.182)	(11.197)	(15.379)	(10.420)
Depreciação e amortização	(42.581)	(1.192)	(43.773)	(26.178)
Arrendamentos e aluguéis	(3.626)	(3.403)	(7.029)	(4.770)
Tributos	(104)	(1.273)	(1.377)	(1.739)
Alienação/ Desativação de bens e direitos	-	(6.926)	(6.926)	-
Provisão esperada de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	9	9	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	(930)	(1.540)	(2.470)	(1.628)
Total custos/despesas	(53.033)	(43.793)	(96.826)	(61.627)

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	Ref.	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Renda de aplicações financeiras		1.320	6.193	6.566	10.870
Variações monetárias e cambial - Outras receitas		187	-	200	-
Atualização de depósitos judiciais		-	-	26	-
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira		(89)	(400)	(218)	(565)
Outras receitas financeiras		-	203	-	447
Total		1.418	5.996	6.574	10.752
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas		(7.681)	(10.118)	(63.089)	(38.049)
Variações monetárias e cambiais - Dívida		-	(12)	(3.808)	(3.845)
Variações monetárias e cambiais - Outras despesas		-	-	(3)	-
IOF		(32)	-	(1.534)	-
Encargos de mutuo		-	-	-	(12.190)
Prescrição de ativos a receber	(a)	-	(2.711)	-	(2.711)
Atualização provisão para contingências		-	-	(852)	-
Outras despesas financeiras		(239)	(178)	(1.485)	(2.626)
Total		(7.952)	(13.019)	(70.771)	(59.421)
Resultado financeiro líquido		(6.534)	(7.023)	(64.197)	(48.669)

(a) Após a cisão ocorrida em 16 de junho de 2014, parte do montante de dividendos a receber do exercício de 2014 não foram recebidos e consequentemente prescritos. Desta forma a companhia reverteu o valor para o resultado do exercício do montante a receber das antigas controladas (Calango 1 - R\$ 242; Calango 4 - R\$ 241; Calango 5 - R\$ 439; Caetité 1 - R\$ 54; Caetité 2 - R\$ 173 e FE Participações - R\$ 1.562).

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(11.945)	(11.945)	(21.115)	(21.115)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.986)	(1.075)	(5.279)	(1.900)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(8.670)	(3.121)	(3.832)	(1.380)
Diferenças permanentes	559	201	(3.832)	(1.380)
Exclusões	(9.229)	(3.322)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(11.656)	(4.196)	(9.111)	(3.280)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	11.656	4.196	8.914	3.208
Outros	731	263	-	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	731	263	(197)	(72)
Corrente	731	263	(197)	(72)
Diferido	731	263	(197)	(72)
	731	263	(197)	(72)

	Consolidado			
	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(7.058)	(7.058)	(17.297)	(17.297)
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.110)	(1.110)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(7.058)	(7.058)	(18.407)	(18.407)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.765)	(635)	(4.602)	(1.657)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(11.786)	(3.730)	(5.426)	(1.617)
Efeito regime lucro presumido	(13.206)	(4.241)	(8.409)	(2.691)
Diferenças permanentes	1.420	511	2.983	1.074
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(13.551)	(4.365)	(10.028)	(3.274)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	16.765	6.038	12.409	4.466
Outros	731	263	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	3.945	1.936	2.357	1.192
Corrente	3.214	1.673	2.554	1.264
Recolhidos e Pagos	2.110	1.271	1.219	834
A pagar	595	402	736	440
Compensados e deduzidos	509	-	590	9
Impostos antecipados a recuperar	-	-	9	(19)
Diferido	731	263	(197)	(72)
	3.945	1.936	2.357	1.192

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Consolidado				Vencimento
		Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
		2018	2017	2018	2017	
Receita/ (Compra) de Energia Elétrica						
COSERN		-	-	-	248	2017
NC ENERGIA S.A.	(a)	5.479	10.065	175.874	60.905	2019
		5.479	10.065	175.874	61.153	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)						
COSERN		-	-	-	572	2017
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.		-	-	(4)	-	2018
POTIGUAR SUL TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.		-	-	(3)	-	2018
		-	-	(7)	572	
Serviços Administrativos						
NEOENERGIA		(184)	-	(361)	-	2019
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	102	60	-	-	Indeterminado
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	102	60	-	-	Indeterminado
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	123	60	-	-	Indeterminado
CAETITÉ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	145	54	-	-	Indeterminado
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	145	54	-	-	Indeterminado
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	120	60	-	-	Indeterminado
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	102	60	-	-	Indeterminado
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	146	54	-	-	Indeterminado
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	177	97	-	-	Indeterminado
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	128	82	-	-	Indeterminado
ELEKTRO RENOVÁVEIS	(c)	(12.936)	-	-	-	2019
		(11.830)	641	(361)	-	
Dividendos e JSCP						
NEOENERGIA	(d)	(437)	(437)	-	-	2019
ELEKTRO RENOVÁVEIS	(d)	(437)	(437)	-	-	2019
		(874)	(874)	-	-	

a) Contrato de suprimento de energia elétrica de curto prazo firmado com a NC Energia. O contrato possui vigência até janeiro de 2019.

b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de infraestrutura, que tem como objeto o compartilhamento de mão de obra necessária para a operação in loco dos parques eólicos.

c) Refere-se ao repasse de custos realizados pela Elektro Renováveis para dos projetos em andamento da Força Eólica do Brasil.

d) Refere-se aos dividendos a pagar para as controladoras Neoenergia S.A e Elektro Renováveis S.A.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		Controladora				Vencimento
		Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		
		2018	2017	2018	2017	
Serviços Administrativos						
NEOENERGIA	(a)	(184)	-	(361)	-	2019
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	102	2.692	-	-	Indeterminado
SANTANA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	103	1.017	-	-	Indeterminado
SANTANA 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	103	1.174	-	-	Indeterminado
LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)/(c)	3.347	3.274	-	-	Indeterminado
LAGOA 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)/(c)	3.348	3.274	-	-	Indeterminado
CANOAS 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)/(c)	3.348	3.274	-	-	Indeterminado
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	102	60	-	-	Indeterminado
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	102	60	-	-	Indeterminado
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	123	60	-	-	Indeterminado
CAETITÉ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	145	54	-	-	Indeterminado
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	145	54	-	-	Indeterminado
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	120	60	-	-	Indeterminado
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	102	60	-	-	Indeterminado
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	146	54	-	-	Indeterminado
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	177	97	-	-	Indeterminado
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(b)	128	82	-	-	Indeterminado
ELEKTRO RENOVÁVEIS	(d)	(12.936)	-	-	-	2019
		(1.479)	15.346	(361)	-	
Dividendos e JSCP						
NEOENERGIA	(e)	(437)	(437)	-	-	2019
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(f)	9.028	2.480	-	-	2019
LAGOA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(f)	1.033	1.033	-	-	2019
ELEKTRO RENOVÁVEIS	(e)	(437)	(437)	-	-	2019
		9.187	2.639	-	-	
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo						
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(g)	-	16.502	-	-	2018
		-	16.502	-	-	

a) Refere-se ao contrato de aluguel entre Força Eólica do Brasil e Neoenergia para utilização de andar no edifício sede.

b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de infraestrutura, que tem como objeto o compartilhamento de mão de obra necessária para a operação in loco dos parques eólicos.

c) Refere-se aos contratos de NDF (Non Deliverable Forward) recebidos pela FEB cujos direitos e obrigações são pertencentes as controladas Lagoa 1, Lagoa 2 e Canoas.

d) Refere-se ao repasse de custos realizados pela Elektro Renováveis para dos projetos em andamento da Força Eólica do Brasil.

e) Refere - se a dividendos a pagar para as controladoras Neoenergia S.A e Elektro Renováveis S.A.

f) Refere - se a dividendos a receber das controladas Calango 6 e Lagoa 1.

g) Em 2016, a controlada Calango 6 firmou contrato de mútuo com a controladora Força Eólica do Brasil S.A., no montante de R\$ 14.500.000,00 acrescidos juros de 103,5% do CDI, esse contrato foi liquidado em 2018.

20.1 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração aos administradores da Companhia.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros do Grupo segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

O Grupo está exposto a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro 2018, o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 96.178 em fundos exclusivos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis das controladas do Grupo, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento do Grupo vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas futuras de mercado para os indexadores.

	Consolidado								
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	670.371	1.171.630	-	171.588	67.217	67.897	68.548	69.223	727.175
Debêntures	104.796	182.958	-	4.697	11.899	16.473	21.404	22.341	106.144
Fornecedores	77.932	77.932	77.932	-	-	-	-	-	-
Passivos (Ativos) financeiros derivativos:									
<i>Non-deliverable Forwards</i> (NDF)	(4.306)	(4.306)	-	-	(4.620)	314	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, o Grupo segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

Ratings de longo prazo em escala nacional'	Moody's	S&P
Banco ABC	Aa2	AA-
Banco do Brasil	Aa1	
BNP Paribas		AA-
Bradesco	Aa1	AA-
Caixa Econômica Federal	Aa1	AA-
Citibank		AA-
Itaú	A1	AA-

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Mizuho	Aaa	
Safra	Aa1	AA-
Santander	Aaa	AA-
Tokyo-Mitsubishi		AA-
Votorantim	Aa3	AA-

⁽¹⁾ Bank of America, HSBC, JP Morgan, Scotiabank e Sumitomo possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros consolidados pelo Grupo. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	Consolidado	
	2018	2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes e outros	43.777	47.169
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	97.552	65.285
Títulos e valores mobiliários	527	-

e) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.

- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Consolidado							
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo / Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	112.860	7.175	(1.7940)	(3.587)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,4%	(103.519)	(7.146)	(1.786)	(3.573)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,9%	(107.851)	(12.068)	(848)	(1.695)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(584.248)	(52.972)	(10.268)	(20.536)

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

23. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, o Grupo utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais o Grupo possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 - São dados não observáveis para o ativo ou passivo.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos do Grupo, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível (*)	Consolidado			
		2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes e outros	2	43.777	43.777	47.169	47.169
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	97.552	97.552	65.285	65.285
Títulos e valores mobiliários	2	527	527	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente					
Non-deliverable forwards (NDF)	2	4.306	4.306	-	-
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	77.932	77.932	154.868	154.868
Empréstimos e financiamentos	2	670.371	670.371	630.817	630.817
Debêntures	2	104.796	104.796	92.722	92.722

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Métodos e técnicas de avaliação

O Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso o Grupo entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, o Grupo entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo o Grupo mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

24.COMPROMISSOS

As empresas do Grupo possuem contrato para execução de obras civis e para a fabricação, testes, envio, transporte, entrega em obra, descarga, montagem e funcionamento dos aerogeradores em regime de empreitada integral junto ao fornecedor GAMESA EÓLICA DO BRASIL LTDA e serviços de manutenção e instalações junto ao fornecedor ENGELMIG ENERGIA.

As controladas possuem também contratos com diversos arrendantes para entrega de área determinada com o objetivo de implantação de geradores eólicos.

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como seguem (*):

	Consolidado						
	Vigência	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024
GAMESA	2019 a 2024	7.705	8.014	8.334	8.667	2.167	-
Arrendamentos	2016 a 2050	6.218	6.323	6.432	5.739	5.856	80.864
ENGELMIG	2017 a 2023	868	142	148	154	-	-

	Consolidado						
	Vigência	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024
GAMESA	2017 a 2021	10.543	3.177	-	-	-	-
Arrendamentos	2016 a 2046	2.187	2.707	2.816	2.928	3.405	56.294
ENGELMIG	2017 a 2020	790	-	-	-	-	-

(*) Não auditado.

FORÇA EÓLICA DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

25.SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Grupo está demonstrado a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Segurada (R\$)</u>	<u>Prêmio (R\$)</u>
Terrorismo	31/05/18 a 31/05/19	1.205.002	170
Responsabilidade civil ambiental	31/05/18 a 31/05/19	108.000	4
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/18 a 31/05/19	264.000	29
Catástrofes naturais	31/05/18 a 31/05/19	1.947.870	4
Veículos	31/05/18 a 31/05/19	100% FIPE	5
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/18 a 31/05/19	1.205.002	511

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

26.EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de fevereiro de 2019 a Administração da Companhia aprovou proposta de aumento de capital autorizado no montante de R\$ 2.500.000 e subscrito no montante de R\$ 2.216.694 mediante emissão de novas ações. Adicionalmente, aprovou aumentar o capital social subscrito dos Parques do Complexo Chafariz no montante total somado de R\$ 2.052.239 que serão deliberados posteriormente por suas respectivas assembleias.